



GT 01. A presença indígena na educação superior no contexto das universidades brasileiras: desafios na assistência estudantil e diálogos interculturais na formação profissional

Coordenador(es):

Marcos Antonio Braga de Freitas (UFRR - Universidade Federal de Roraima)

Carlos Kleber Saraiva de Sousa (UFC - Universidade Federal do Ceará)

Os povos indígenas têm ao longo da história de contato resistido aos diversos processos colonizatórios e dominação cultural. No contexto dessa resistência vem a luta pela garantia dos direitos sociais e culturais, destacando-se a questão do território, saúde, educação, entre outros. Entretanto, o recorte da proposta do GT é no campo das políticas públicas educacionais, com destaque para a educação superior como uma das formas de sua autonomia e resistência e fortalecimento identitário, sejam no âmbito das terras indígenas e/ou vivem e moram nas cidades. Destaca-se que a formação superior indígena no Brasil e na América Latina, a exemplo do México, Venezuela, Equador, Brasil, entre outras é uma realidade; tendo experiências exitosas no contexto da educação intercultural a partir dessa história de luta, resistência e os marcos legais. A formação intercultural indígena e as experiências em curso nas universidades brasileiras, a exemplo dos cursos de Licenciaturas Interculturais Indígenas e políticas de ações afirmativas com a presença indígena é uma realidade no contexto das políticas públicas das Instituições de Ensino Superior (IESs). A produção da literatura indígena e seus reflexos nos movimentos indígenas, nas escolas e comunidades indígenas são temas de discussões no GT a partir dos trabalhos de conclusão de curso e da própria formação profissional no âmbito das IESs.

Mulheres Indígenas na Universidade: a luta pela demarcação do território epistêmico.

Autoria: Lidiane da Conceição Alves (UFG - Universidade Federal de Goiás)

O presente work visa compreender as presenças das mulheres indígenas na universidade Federal de Goiás-UFG. Com a criação de ações afirmativas entre outras políticas voltadas para inclusão, muitos indígenas (mulheres e homens), têm ocupado as universidades públicas do Brasil. No entanto, essas reformas realizadas nas instituições de ensino para incluir pessoas historicamente ceceadas de seus direitos sociais, dentre eles a educação superior, não ocorre sem tensões e conflitos, pois a universidade, atualmente, é considerada um território de conhecimento importante para o fortalecimento da luta indígena. O recorte de gênero nesta pesquisa foi feito com intuito de evidenciar tensões e desafios específico de mulheres indígenas. Além disso, a vivência de um ano na UFG, enquanto doutoranda indígena Cariri, pude perceber que, nós, mulheres somos mais expressivas que os homens na luta pela efetivação das ações afirmativas, idealizando os eventos e as mobilizações pela melhoria da condição indígena na UFG. Assim, a presença de mulheres indígenas nas universidades cria, necessariamente, um novo cenário acadêmico, o que gera desafios, resistências e tensões. Por um lado, a instituição que resiste em acompanhar as transformações necessárias que surgem com a presença indígena na universidade. Por outro lado, mulheres indígenas que reivindicam não apenas, a democratização do acesso e permanência, mas a democratização integral, pois entendemos que, a democratização, não pode ser realizada com uma simples reforma no ensino superior, mas com uma profunda transformação de todas as dimensões que envolvam o processo de, como aprender e ensinar, e do que aprender e ensinar nas instituições de ensino superior. A democratização precisa ser integral, racial- epistêmica-afetiva, pois a garantia das condições de existência indígena na universidade, depende da demarcação do território epistêmico. Diante disso, o que nós, mulheres indígenas, reivindicamos



é a democratização que transforme o processo de produção, transmissão e circulação do conhecimento nos espaços acadêmicos e científicos. Tendo em vista que, as mulheres indígenas universitárias são escritoras de sua própria história, utilizo a metodologia colaborativa, na construção deste work que se baseia na minha vivência acadêmica enquanto mulher indígena, e principalmente nas observações e escuta de outras mulheres indígenas no cotidiano acadêmico na UFG. Conclui-se, que embora essa relação ocorra em um campo assimétrico de forças, estratégias cotidianas de r?existências são mobilizadas para demarcação do território epistêmico na UFG, com intuito de colaborar com a instituição na construção de estratégias institucionais que visem a democratização integral da universidade.



Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameaçam a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: